

OLIVAR, José Miguel Nieto. *Devir puta: políticas da prostituição nas experiências de quatro mulheres militantes*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. 358p

— ANA PAULA LUNA SALES

Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil

DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v23i23p343-347

José Miguel Nieto Olivar é antropólogo, comunicador social e escritor. Nascido em Bogotá, cursou graduação e mestrado na Pontifícia Universidad Javeriana, onde iniciou seu interesse por pesquisas e processos formativos em temas de sexualidade, gênero e direitos humanos. No Brasil, desenvolveu estes temas na tese de doutoramento junto ao Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo e da Saúde (NUPACS), do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UFRGS. Em seguida, realizou Pós-Doutorado no Núcleo de Estudos de Gênero PAGU (UNICAMP), ao qual está associado até o presente como pesquisador.

O livro *Devir puta* é baseado na pesquisa realizada junto ao movimento organizado de prostitutas em Porto Alegre entre 2006 e 2009, que deu origem a sua tese de doutoramento. Contudo, além do material etnográfico e histórico específico à tese, conhecemos nesta obra outras experiências do autor no estudo dos mercados do sexo, que se estendem desde seu trabalho como comunicador social na Colômbia até a pesquisa de campo na tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru, em 2011.

A trajetória de Olivar se inscreve no corpo do texto por meio de uma perspectiva que se sabe deslocada e faz do trânsito entre contextos nacionais, disciplinas, teorias antropológicas,

momentos políticos e fases da vida o ritmo da escrita e o lugar primeiro de sua inovação. A linguagem acadêmica é animada pelas expressões populares que constituem a prostituição de Porto Alegre, de Puerto Berrío e dos romances latinos; o espanhol e os híbridos “portunhóis” são por vezes convocados por dizerem mais, melhor ou mais bonito.

Enunciados acadêmicos, literários e políticos se cruzam neste livro, que não poderia deles prescindir. As transformações na prostituição de rua feminina em Porto Alegre, do início dos anos 1980 até 2010, compreendidas por meio das experiências das quatro prostitutas militantes acompanhadas pelo autor: Soila, Dete, Nilce e Janete têm uma complexidade que inspira muitos talentos para se inscrever no papel.

O primeiro, e mais importante deles, é “saber-se em um campo de batalha” (p. 36), que possibilita reinventar em texto as práticas (de guerra) das mulheres que protagonizam esta pesquisa, que se despem na medida exata para seduzir sem se expor.

A prostituição é compreendida além da relativa estabilidade do valor negativo que este termo possui no ocidente, sendo encontrada por meio dele uma multiplicidade de práticas “nem todas econômicas, nem todas sexuais” (p. 33). Em diferentes momentos da formação intelectual, Olivar conta com a colaboração próxima de Claudia Fonseca, Ceres VÍctora e

Adriana Piscitelli no desenvolver da análise das socialidades e relações de poder que constituem essa multiplicidade para compreender os temas da corporalidade, parentesco, sexualidade e gênero. Localizados nas margens fluidas dos mercados do sexo, é buscado nesses aspectos o potencial de deslocar hegemonias e apresentar novas perspectivas (BUTLER, 1990).

A leitura segue o fluxo das trajetórias das quatro mulheres. Este é um artifício complexo. Por um lado nos permite compreender como elas se constroem em suas redes com o conforto da crescente familiarização ao longo das páginas. Por outro, ele nos confronta, logo nas *Primeiras histórias...* (Parte I – *Sexo, predação e família: fazer-se prostituta de rua no Centro de Porto Alegre nos anos 1980*), com cenas que combinam inexperiência (interiorana e/ou romântica) feminina e ardil dos malandros da cidade, levando ao início delas na prostituição.

Para quem se sabe em uma guerra, é um movimento arriscado reproduzir a cena tantas vezes mobilizada por políticas que visam “aniquilar” a prostituição. Porém a reprodução permite também a inserção de novos elementos, um novo enquadramento (BUTLER, 2009) que reinsere as relações de cafetinagem masculina dentro das assimetrias de gênero e violência que marcavam tanto os universos da família quanto o do trabalho em Porto Alegre nos anos 1980.

A entrada na “quadra”, o gigolô e a paixão são elementos constitutivos da iniciação na prostituição daquela época. As narrativas sobre eles, contudo, não são homogêneas, pois constantemente recriadas pelas mulheres à luz de seu ativismo. Elas, que conhecem na pele as políticas da prostituição, sabem localizar “memória e narrativa no olho das voracidades predatórias de moralistas, feministas, higienistas ou pesquisadores” (p. 77).

Em *Fazer(-se) uma puta esposa...* é explicitada a centralidade da categoria da família nas representações e práticas de prostituição neste contexto. O marido/gigolô encarna a figura de protetor/disciplinador/iniciador, construída como indispensável para o bom funcionamento da prostituição e da vida (p. 80). São relações que evocam normas hegemônicas de gênero e parentesco, contudo não há uma correspondência estrita. Os atributos de “esperteza” e “ser trouxa” são também mobilizados para operar deslocamentos.

A estrutura da família/negócio do sexo é androcentrada, heteronormativa, monogâmica, monodomiciliar e comportava a poliginia. Esta última característica interessa ao expor assimetrias entre a(s) esposa(s), mas também permitir a construção de solidariedades e desejos de individualização em um contexto de família/negócio do sexo onde “não era para gozar, não era para sentir prazer que deitavam com esses outros; era para conseguir dinheiro na construção do projeto familiar.” (p. 110)

Programa não é sexo. Prostituição e “predação familiarizante” é um dos capítulos mais estimulantes do livro. Nele, as considerações feitas até o presente sobre parentesco, gênero, violência e agência são desenvolvidas pela aproximação das teorias de Michel Foucault com aquelas da etnologia indígena brasileira, permitindo construir novas interpretações sobre as políticas da prostituição de rua.

As elaborações de Foucault (1988) são buscadas para analisar toda a multiplicidade das relações de poder abordadas no livro. Neste capítulo, especialmente, compreendemos a operação do dispositivo da aliança nos primeiros anos, na construção de corpos por meio da família e o subsequente deslocamento para a individualização e a construção de uma sexualidade-dispositivo. Num momento em que se fala de sexo pela família, a construção dos

corpos passa pela neutralização no programa. Este é, em última instância, uma produção do casal prostituta/esposa e cafetão/marido na qual o cliente torna-se objeto dessexuado.

Simultaneamente, as noções êmicas de “caça”, “guerra” e “comida” despertam o interesse na etnologia indígena para compreender as lógicas do campo. Elas tornam-se, então, pontes entre contextos ameríndios e a prostituição de rua. O autor encontra nas reflexões sobre a predação familiarizante (FAUSTO, 2002) ferramentas para discutir as relações entre agentes prenhes de subjetividade, que buscam impor suas perspectivas pela construção de um sistema que envolve “relações entre pessoas, perspectivas, órgãos, que estimulassem a dividualidade e a coesão familiar” (p. 131). Temas clássicos dos estudos de parentesco como o fluxo de substâncias, interdições, comensalidade e canibalismo são operados também neste contexto urbano e contemporâneo.

A construção relacional de potências e devires é lida enquanto agenciamento da dividualidade (STRATHERN, 1988). Dentro de uma lógica em que o sexo é relação entre dois agentes, ainda que em posições assimétricas, ele só poderia acontecer no espaço familiar. O gozo feminino, entendido como condição para a gravidez e a reprodução familiar, era reservado aos verdadeiros homens, seus maridos/cafetões.

Porém a experiência adquirida na prostituição de rua conjuga-se às mudanças no cenário político para ensejar novas formas de constituição de sujeitos na intimidade e nas relações com o Estado e com a “sociedade”, objeto da *Parte II – Guerra, trabalho e movimentação: fazer-se puta, fazer-se profissional, fazer-se coletivo*.

O capítulo *El amor en los tiempos del cólera* nos apresenta o movimento de individualização do negócio do sexo enquanto meio produtivo (somente) da esposa. A prostituição

deixa de ser um elemento coesivo da família para dizer-se um trabalho como “outro qualquer” (frequentemente problemático no seio familiar). Saindo da lógica da necessidade dos cafetões, as mulheres sublinham sua rebelia contra os agentes do Estado e fortalecem suas redes durante os anos 1990. O Núcleo de Estudos da Prostituição (NEP), fundado em 1989, insinua-se em seus ambientes de trabalho, constituindo-se em um novo, contingente e suspeito aliado.

Nessa atmosfera de mudanças, encontramos o *Caderno de imagens*, que conta com ilustrações feitas pelo autor, recortes de jornais e fotografias das quatro protagonistas deste livro em diversos momentos e contextos de suas vidas. A operação da dividualidade a seu favor parece ficar clara pelo modo como são organizadas as fotografias. Ainda crianças com seus pais; jovens sedutoras na batalha ou no lazer; já mães e avós, não menos sedutoras, na militância: são cenas que se cruzam, se sobrepoem, se comunicam sem se confundir.

Reconfiguração da guerra: novas alianças, novas formas de mediação. Ser militante. Olivar trata aqui do contexto que aproximou as protagonistas do livro com a militância no NEP, esmiuçando o fazer político. Agências globais se interessam nas prostitutas para executar biopolíticas de combate ao HIV/AIDS; elas por seu lado, buscam dar fim às violências policiais sofridas por meio do fortalecimento de “redes femininas de fuga e resistência” e do encontro com “universos extraprostituição” (p. 208).

Criam-se novas alianças e subjetividades: um novo “nós” que modifica o “eu” dentro da noção dos “Direitos Humanos” como “mecanismo de simetriação das relações com o Estado e a ‘sociedade’.” (p. 209). A retórica da profissionalização, já operada em relações íntimas, se expande e articula no movimento político.

Esta prostituição atividade profissional, distinta da criminalidade e da “putaria”, combinava com as ideias de sociedade veiculadas no Brasil livre da ditadura militar. Tolerância e civilidade devem marcar espaços urbanos, ação da polícia e práticas de prostituição na reelaboração de subjetividades e políticas.

Em *Novas formas da guerra e da violência: tudo em off*, são abordadas as categorias e alianças que constituem as práticas políticas contemporâneas de prostitutas de rua em Porto Alegre. Neste capítulo o autor faz recurso a uma batalha específica para explicitar táticas de guerra. Ele contextualiza os mercados do sexo na Porto Alegre de 2006, dentre os quais a prostituição de rua tem um lugar bastante diminuído em relação a 1980. É destacado o aumento de *privês*, salas em prédios comerciais e boates, ambientes protegidos/escondidos do olhar público onde não se iria desavisado(a). O autor busca destacar como políticas globais e locais se implicam mutuamente deslocando violências. Expõe a legislação brasileira vigente assim como as propostas de mudança, conecta seus argumentos com políticas governamentais transnacionais e situa dispositivos repressivos, disciplinares e reguladores dentro do fazer político dos agentes envolvidos na produção dos mercados do sexo contemporâneos.

Exterioridade, hibridez e a lógica do confiar desconfiando: alguns contornos políticos da guerra é um capítulo que trata da guerra como espaço da produção da prostituição por meio de dois polos que se afirmam ao se antagonizarem. Trata-se dos discursos tidos como exteriores a prostituição em face dos saberes/poderes sujeitados. Nele percebemos a construção de “identidades” dentro de estratégias políticas que recorrem frequentemente à noção de estigma enquanto chave interpretativa êmica para as violências e assimetrias. Injustiça a ser combatida, o estigma pode ser superado por diferentes

caminhos: desvincular-se da prostituição física ou simbolicamente, inserir a prostituição no universo de legitimidades por meio do tema do trabalho ou dos direitos sexuais. Maneiras de “um pouco virar Estado, um pouco virar sociedade, para poder continuar sendo puta sem morrer, sem sofrer mais do que o devido.” (p. 298)

A *Parte III – “Putas é foda”*: fugas, presentes e perspectivas encerra o livro com o capítulo *Máquinas de guerra, feminilidades avulsas*. Nele retornamos ao título do livro, à noção de devir. Já referida algumas vezes durante a obra, sua retomada aqui não é explicativa. Olivar busca, terminando seu trabalho de sedução acadêmica em tempos de guerra, mostrar-nos que o poder, multissituado, encontra-se também na potência de fazer-se e desfazer-se puta. Despedimo-nos de Soila, Janete, Dete e Nilce com suas histórias de hoje, um pequeno substrato para romancarmos seus futuros.

A obra de antropologia, feminismo, direitos humanos e putaria alcança seus objetivos. Permite-nos perceber a interseccionalidade dos marcadores da diferença na experiência da prostituição, relacionando-as com as noções de predação e guerra de modo a colocar novas peças na caixa de ferramentas para análise destes temas, tendo o cuidado de expor os discursos que constituem o campo em sua relação com os dados etnográficos. Discursos íntimos e políticos da prostituição são levados a sério, num esforço de simetrização.

Mais especificamente, porém, gostaria de revisitar a construção política de legitimidades pelos movimentos de prostitutas organizadas por sua importância e atualidade em pesquisas sobre os mercados do sexo em geral. O Estado é percebido como figura central, produtora, reguladora, disciplinadora ou incitadora da prostituição de rua e das militâncias de prostitutas. A análise dos dispositivos operados na

legitimação de (certas) prostituições torna o estudo valioso não só para pesquisadores dos mercados do sexo, dentro dos estudos de gênero e sexualidades, mas também para o entendimento da política nas margens do Estado (DAS & POOLE, 2004).

Há de se considerar, contudo, que o Estado e outras agências governamentais não são as únicas instâncias legitimadoras nos espaços da prostituição e de “virações”. Olivar pondera que o antagonismo êmico entre prostitutas e a “sociedade” é marcado pelo recorte de classe. A associação com a criminalidade, percebida na operação da deslegitimação do movimento e prática da prostituição, pode ser intuída também em sua potência de empoderamento. Ambos os mecanismos são operantes e, sabendo-se num contexto em que a criminalidade desumaniza, deve ser considerado o perigo da exposição. Contudo a obliteração das formas de empoderamento de prostitutas e outros atores sociais marginais pelas redes do mundo do crime nos mantém ignorantes de uma parte importante do funcionamento desta instância de poder e reforça a representação de supremacia do Estado.

Estas questões, ainda sem resposta, indicam a qualidade, importância e inovação do livro, que abre caminho para novas pesquisas sobre políticas nos mercados do sexo e outras margens.

Referências bibliográficas

- BUTLER, Judith. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. New York and London: Routledge, 1990.
- . *Frames of war. When is life grievable?* Londo and New York: Verso, 2009.
- DAS, Veena; POOLE, Deborah (eds.). *Anthropology in the margins of the State*. Santa Fe: School of American Research Press, 2004.
- FAUSTO, Carlos. Banquete de gente: comensalidade e canibalismo na Amazônia. In: *Mana*, v. 8, n. 2, p. 7-44, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- STRATHERN, Marilyn. *The Gender of the Gift. Problems with Women and Problems with Society in Melanesia*. Berkley/Los Angeles/London: University of California Press, 1988.

autora **Ana Paula Luna Sales**

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (PPGCS/UNICAMP)

Recebido em 01/09/2014

Aceito para publicação em 08/12/2014